

Notas para pensar o editor como intelectual¹

Paula Renata Melo MOREIRA²

Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG

RESUMO

Pretende-se, a partir da discussão de algumas definições históricas acerca do conceito, inquirir a figura do editor como intelectual. Sabe-se que a edição, costumeiramente, é vista como um fazer cuja dimensão cultural e mesmo intelectual não é posta em dúvida, ainda que tenha também uma interface com o aspecto mais técnico do mister. Todavia, a transposição da feição intelectual para o indivíduo que orienta o processo de edição não é imediata e se complexifica a partir da interrogação das conceituações de editor e suas práticas, posto que são categorias históricas e dependentes do tempo e espaço.

PALAVRAS-CHAVE: editor; intelectual; edição como política.

Introdução

O que é um intelectual? Essa pergunta, aparentemente retórica, ganha contornos diversos a depender de qual tradição teórica seja responsável pela resposta, bem como de seu recorte espaço-temporal. Sabe-se que o termo, como qualquer outro, tem uma historicidade que deflagra muitas compreensões acerca de seus usos. Neste diminuto espaço, tentaremos expor algumas conceituações clássicas aliadas a redefinições sobre o que é um intelectual para, em seguida, interrogá-la junto à tarefa do editor.

A discussão em torno desta conceituação é caudalosa. Segundo Norberto Bobbio, “o debate entre intelectuais a respeito dos intelectuais, isto é, a respeito deles próprios, não tem trégua” (1997, p. 7). Cotidianamente, mais e mais vozes se juntam para pensar essa questão. Isso, ainda segundo Bobbio, ocorre porque

uma das razões pela qual os escritos sobre intelectuais, sobre sua função, seu nascimento, seu destino, sobre sua vida, morte e milagres, são tão numerosos (...) é que uma das funções principais dos intelectuais, se não a principal, é a de escrever. É natural que os intelectuais escrevam sobre si mesmos. Se eles não se ocupassem de si mesmos, quem o faria? E se outro escrevesse sobre eles, não se tornaria, pelo único fato de estar escrevendo, um intelectual? (1997, p. 67-68. Grifo nosso).

¹ Trabalho apresentado no GP Produção Editorial, XXI Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutora em Estudos Literários (UFMG). Professora do POSLING CEFET-MG, Linha de Edição, Linguagem e Tecnologia, e-mail: rmoreira@cefetmg.br

Depreende-se da fala de Bobbio a ideia de que qualquer indivíduo que escreva é um intelectual. Registre-se aqui, é claro, a polissemia do termo “escrever”. Obviamente, não se trata do puro ato mecânico da escrita, mas do produto de sua ação reverberando na cena pública. Mas será mesmo que, pelo único fato de escrever, alguém se torna intelectual? Essa então opulenta classe está unida pelo fato absoluto de que suas ideias são reveladas através da escrita? Todos os que escrevem são intelectuais?

A noção dicionarizada que concerne ao vocábulo “intelectual” se refere a tudo que é relativo ao intelecto, ao saber. Mais especificamente, remete àquele “que domina um campo de conhecimento intelectual ou que tem muita cultura em geral; erudito, pensador, sábio” (HOUAISS, 2001). O conceito de intelectual, entretanto, não se delineia de forma tão simples, nem está ligado unicamente ao trabalho do pensamento. Um pensador como Gramsci, por exemplo, inclui todos os homens na categoria de intelectuais, diferenciando-os apenas pela função que exercem na sociedade (1995, p. 10) – ou seja, ainda que condição autóctone, um homem pode não desempenhar, em seu trabalho, a função intelectual. As reflexões de Gramsci, aliadas ao pensamento marxista³, terminam por configurar o intelectual como produto e porta-voz da classe que o origina – o assim alcunhado “intelectual orgânico”.

Já o chamado “último dos intelectuais modernos”, Jean-Paul Sartre, refuta essa via de raciocínio, circunscrevendo o intelectual num grupo mais seletivo, dotado de responsabilidades para com aqueles cuja classe não pode gerar intelectuais. Para Sartre, o intelectual é “possuidor de um privilégio injustificado” (1994, p.25), ocasionado pelas cisões em torno da classe que o gerou, daquela a que quer atingir e dos meios que garantem seu sustento.

Esse posicionamento nasce como crítica do próprio intelectual que, para Sartre, era o homem do dissenso e da ação. Aos conservadores, Sartre atribuiria a pecha de “falsos intelectuais” (WEFFORT, 1994, p. 8), demarcando a visão de que, para ele, a posição de intelectual inferia um posicionamento de permanente contestação. Para o filósofo francês, o intelectual seria um ser híbrido, “alguém que se mete no que não é da sua conta” (WEFFORT, 1994, p. 14), ou seja, que produz incômodo ao ferir, de alguma forma, o *establishment*. Ainda que se dirija contra o *status quo*, o intelectual sartriano provém de uma intrincada relação com sua formação tradicional de base humanística,

³Para Marx, os grupos produzem seus próprios intelectuais.

gerando, dessa maneira, uma contradição que é uma das condições fundantes desse personagem polêmico. Vale comentar aqui a posição parcial da definição de Sartre quando este se refere ao “verdadeiro” intelectual que contraria o estabelecido. Se há um falso intelectual e essa conceituação é pensada a partir da posição política, o intelectual nunca poderia ser senão contrário à situação. Um intelectual pró-sistema ou mesmo isento, na visão sartriana, seria um contrassenso, conformação que colocaria dificuldades para pensar, em algumas situações, o intelectual orgânico *à la* Marx, ou aquele do tipo clérigo⁴, por exemplo.

As mudanças ocorridas na esfera social, especialmente ao longo do século XX e, mais amplamente, no século XXI, trazem possibilidades de repensar a questão à luz do contexto em que está inserida. Passando pelas ideias de especialidade, hibridismo, e, mais longamente, de virtualidade, ampliação da recepção e paradoxal encolhimento da cena pública, o intelectual desde o fim do século passado ocupa uma posição afeita às multiplicidades de espaços e amplas relações com os *media*.

Não é muito lembrar que, nas muitas definições de intelectual, costuma-se fazer notar o “compromisso com a ideia de verdade e com a defesa da justiça. Como meio, o recurso imprescindível da razão – e a conseqüente fuga a quaisquer limitações que, contra a racionalidade, pudessem ser apresentadas” (BOTO, 2008-2009, p. 162). Em tempos complexos de “pós-verdade”, tal figura não parece poder ocupar todas as nuances do atual espectro político, motivo pelo qual, talvez, a própria ideia de intelectual venha passando por descrédito. Mas não adiantemos muito a discussão.

Adauto Novaes, ao abrir o famoso ciclo de conferências “O silêncio dos intelectuais”, provoca:

é preciso definir quem é o intelectual. Sabe-se que ele não é, necessariamente, o homem de letras, o artista, o político, o historiador, o filósofo, o escultor, o sábio etc., ou seja, sabe-se que nem todo homem de letras, nem todo artista, nem todo político etc., é intelectual, o que não significa que um deles não possa vir a ser (2005).

Esse posicionamento parece um pouco contrário à afirmação de Bobbio de que, pelo simples fato de escrever, alguém se torna intelectual, visto que coloca em xeque a ideia

⁴ Em *A traição dos intelectuais*, Julien Benda disserta sobre a necessária neutralidade do pensamento intelectual – para ele, o intelectual devia defender valores universais. Esse tipo de intelectual, o clérigo, não deveria direcionar sua energia para questões mundanas, como raça, nação, luta de classes, entre outras. Ou seja, para Benda, a defesa desse tipo de pauta seria uma traição aos temas desinteressados, próprios do pensar intelectual tradicional.

de que todo produtor de texto pode ser assim considerado, reservando ao intelectual posição mais problemática.

Como se pode entender, então, a participação do editor-intelectual na cena pública? O que significa, aliás, interferir nesta esfera? Uma das opções possíveis para tentar discutir tais questões é começar a delinear um conceito de política.

A primeira noção do termo, de matriz aristotélica, diz respeito à sociedade civil, à reunião na ágora dos considerados cidadãos na busca do bem comum, do bem da *polis*. Passa o termo, posteriormente, a designar as coisas do Estado e sua governabilidade, estendendo-se mais tarde às noções de partidarismo. A concepção de política, pois, pode ser entendida de forma alargada, ligando-se diretamente às ideias e ações concebidas para determinado fim.

Assim sendo, pode-se entender uma política como uma tomada de posição do intelectual frente à sua função primordial. Tal tomada de posição afasta, portanto, qualquer possibilidade de isenção. Ela figura as escolhas do profissional frente à sua atividade e também frente ao seu entorno social. Essa tomada de posição irá influenciar o tipo de produto que se seguirá.

Para Pierre Bourdieu, pensador que se deteve a inquirir a configuração do campo intelectual, a definição do termo não pode ser simplificada. Deve-se levar em conta, segundo explica Christophe Charle acerca da obra de Bourdieu, uma “multiplicidade dos fatores que entram em jogo nas tomadas de posição, no interesse ou desinteresse relativamente ao compromisso político ou ideológico” (CHARLE, 2017, p.237).

Nesse sentido, convém-nos tentar recortar a categoria frente a uma demarcação muito específica: a tarefa do editor. Só então poderemos nos perguntar: é o editor um intelectual? Convém lembrar que, costumeiramente visto como mediador, o editor ocupa uma posição relevante ao lado de outros agentes que, tendo destaque “na construção de identidades culturais de indivíduos e comunidades, geralmente não são identificados e não se identificam pela categoria de intelectual” (GOMES; HANSEN, 2016, p.9).

A tarefa do editor

Ao inquirir sobre o estatuto da conceituação de intelectual para, posteriormente indagarmos sua validade diante da atuação do editor, uma questão se torna premente. Ora, a própria definição acerca de o que é um editor situa-se em um campo de disputas. Podemos fazer um apanhado dos principais elementos do debate, mas é lícito dizer com

uma dose de segurança que editor pode ser algo muito diferente a depender de a que tempo e/ou lugar o recorte se refira.

É curioso que uma série de livros/manuais da área, como a própria *Enciclopédia INTERCOM de Comunicação*, defina edição, mas não editor. Talvez isso se dê pela forma mais ou menos autoevidente do termo: editor é aquele que edita. A fortuna crítica sobre o conceito, todavia, existe, e é mesmo abundante. Dois exemplos brasileiros são o indispensável estudo de Aníbal Bragança sobre a função editor (discutida em sua tese e também em “Sobre o editor: notas para a sua história”) e também um breve texto deste próprio Grupo de Pesquisa, de autoria de Cristina Yamazaki (“Editor de texto: Quem é e o que faz”), entre outros. Nuno Medeiros, por exemplo, recupera de documento formativo da UNESCO três funções para o editor: “a de decidir o que é e não é publicado, a de correr os riscos inerentes às indeterminações financeiras das suas decisões, a de coordenador, ou maestro, das funções do autor, dos compositores e do impressor, intervindo ainda diretamente na promoção e até na distribuição”⁵ (2012, p. 34). Note-se, portanto, que o desenho do conceito de editor sempre se dá por meio da descrição de suas funções e, eventualmente, do impacto que possam gerar no mundo do livro e, por extensão, na sociedade em geral.

Existentes tais apanhados, é desnecessário que historiemos completamente o termo. Entretanto, não desconhecendo o delimitador espaço-temporal, é importante que se diga, todavia, que há conceitos-chave, mais ou menos aplicáveis de forma um tanto generalizante. O primeiro deles relaciona-se ao aspecto mais técnico da profissão. Nesse sentido, editor é quem age para a edição do texto, atuando no seu aspecto material: decisões sobre encaminhamentos da narrativa, questões relacionadas à produção, inclusive envolvendo projeto editorial, entre outros. Tal conceito, todavia, não dá conta da infinidade de funções possíveis atribuídas a um editor, nem engloba as formas pelas quais é visto socialmente este personagem. A dimensão da intervenção cultural é um aspecto que não costuma estar ausente de várias tentativas de conceituação.

No Brasil, uma dissociação importante entrevista em língua inglesa não ocorre, dificultando ou pluralizando as compreensões do termo. Em inglês, é comum a diferenciação *editor/publisher*, apartando a função especificamente de contato com o autor e interferência no texto daquela que é mais ligada à publicação efetiva, além de sua

⁵ Nuno Medeiros, no artigo em foco, elenca uma série de possíveis modos de compreensão do fazer deste personagem que nos interessa, o editor.

divulgação no mercado editorial. É comum, entretanto, ouvirmos o termo “editor tradicional” para referir mais amplamente ao trabalho do editor do século XX pré-concentração de mercado. Sabemos, contudo, que a pluralização de práticas editoriais no mercado atual não nos permitiria olhar para o trabalho do editor de forma unívoca. Tendo em vista tal polissemia, convém-nos agora indagar sobre a pergunta-mote dessa comunicação.

É o editor um intelectual?

Sabendo, com Bourdieu, que um campo intelectual é “dotado de uma estrutura determinada, por sua vez incluído em um campo de poder” (BOURDIEU, 2007, p.188), podemos inquirir a função do editor frente às suas principais demandas. Como lembra Beatriz Sarlo, o eixo da prática intelectual nos últimos dois séculos foi “a crítica daquilo que existe, o espírito livre e anticonformista, o destemor perante os poderosos” (2013, p.208).

Nesse sentido, se inquirirmos frente às noções primevas de intelectual o trabalho do editor, sua função parece não coadunar totalmente com aquilo que se espera de um intelectual. Ora, se intelectual é aquele que faz reverberar *por meio da escrita* suas ideias na cena pública, *a priori*, não podemos facultar ao editor tradicional tal nomeação. Todavia, esta inserção pode ser problematizada ao fazermos frente a outras tradições que discutem o termo.

Inicialmente, é necessário que se diga que o intelectual pode ser um editor, ocupando previamente a posição pensante socialmente reconhecida que é habitual ao personagem em questão. Um exemplo é o próprio Pierre Bourdieu com a editora *Raisons d'Agir* ou, em outra medida, o brasileiro João Cabral de Melo Neto, com o projeto de edição artesanal “O Livro Inconsútil” (MONTEIRO, 2017). Não é a este tipo de persona que nos referimos. Interessa-nos entrever aqui o editor que, por sua própria função editorial, possa ser assim reconhecido. Tal caminho, já dizemos de antemão, é muitas vezes fluido, pois, diversos nomes da edição ocupam simultaneamente um lugar reconhecido como intelectualizado, advindo da dita formação de base humanística que retrocitamos.

Desse modo, a ideia de intelectual como aquele que domina uma vasta área do saber, ainda que amalgamada à conceituação, não dá mais conta das diversas configurações possíveis desse personagem plural. Além disso, recuperando a definição

do intelectual como aquele que por meio da escrita expõe suas convicções, poderíamos asseverar, não sem um tanto de provocação, que o editor *faz* reverberar parte de seus pensamentos na cena pública por meio da escrita, ainda que esta não seja grafada de próprio punho.

Tal ideia, todavia, é um tanto romântica pois nos faz crer em um editor que publique exclusivamente livros que contenham ideias em que acredita. Ou seja, faz necessário entender catálogo como expressão do editor, ideia que precisa ser problematizada. Este tipo de posicionamento até pode ser verdade para parte de nossos editores mais aguerridos em um lado determinado do espectro político, como o foram, por exemplo, Ênio Silveira ou José de Barros Martins, mas se tornam inócuos ao pensarmos, por exemplo, em uma ampla gama de profissionais que têm como marca justamente a separação entre o que é posicionamento pessoal e o que é a tarefa da edição, ou seja, as diferenças sempre marcadas entre a formação de uma biblioteca individual e de um catálogo. Ainda, mesmo para aqueles que têm projetos editoriais de tons fortemente políticos, há que se avaliar a extrema imprevisibilidade da produção de uma casa editorial, sujeita a diversos revezes.

Há, todavia, outras conceituações, como já expusemos acima, que podem dialogar mais intimamente com a possibilidade por nós aventada de alcunhar o editor como intelectual. A que nos parece mais pertinente para tal atividade deriva daquele posicionamento de Sartre, o intelectual como o homem da ação. Nesse sentido, poderíamos entrever na posição de editor não a postura do indivíduo apenas de pensamento, mas a de um *fabbro*. Assim, o encaminhamento do conceito encontraria a ideia de um interventor no espaço cultural, encaixando-se perfeitamente à atividade de um editor – pelo menos, em termos.

Então, o editor pode ser considerado, sob essa perspectiva, um intelectual? Tal resposta seria extremamente cômoda, na medida em que tentaria circunscrever o editor a apenas um tipo de feição. Assim como os termos editor e intelectual caminharam e permitiram modificações a depender do recorte espaço-temporal, também a tarefa do editor passou e passa por mudanças profundas, as quais precisamos deslindar para tentarmos responder de forma mais ampla tal questão.

Passando pelas modificações na cena pública, tecnologias e relação com os *media*, além da economia, o editor hoje não é o mesmo personagem que quase confortavelmente definíamos no século XX. Para complexificar a conjuntura, temos um cenário de um

mercado que, grosso modo, se divide em grandes empresas em processo de concentração gerando potentes conglomerados de comunicação convivendo com micro e pequenas editoras, muitas delas, alcunhando-se independentes, disputando brechas e nichos de mercado não atendido pelas maiores. No meio disso, algumas de iniciativas de médio porte tornando o emaranhado editorial de mais difícil apreensão. Esse “degradé” editorial, notadamente, é apenas um modo rápido e possível de dar a ver a disposição das editoras por tamanho, não revelando a contento a complexidade dos campos editoriais a depender de uma série de variantes, como público-alvo, tamanho dos capitais, linha editorial, entre outros.

Não se podia esperar, de um mercado tão plural, uma atividade editorial que fosse, em qualquer medida, generalizante. Assim, temos editores de todos os naipes: aqueles que produzem visando primordialmente o lucro, aqueles que encaram a edição como missão, os donos de seus próprios negócios, os que comandam editoras ou estão à frente de apenas um selo, empregados de grandes corporações, com maior ou menor poder decisório, entre variadas outras gamas de possibilidades.

Como, então, determinar se esse personagem de contorno esmaecido pode assim ser alcunhado de intelectual? A rigor, não se pode – pelo menos, não de modo global. Propomos como alternativa trazer para a discussão dois posicionamentos sobre o que é ser um intelectual que nos falam muito proximamente. Um deles é o de Beatriz Sarlo, que afirma ser parte importante da tarefa do intelectual se contrapor ao constituído. O segundo nome que nos é caro, é Foucault, que, por sua vez, entende que o papel do intelectual é lidar contra as formas do poder. Essas definições, entretanto, demarcam apenas *uma* das formas de ser intelectual, como deixamos claro ao comentar o posicionamento de Jean-Paul Sartre, atrelada à ideia do dissenso e da ação – algo que, em parte, não corresponde a certa ideia mais tradicional do papel do desse personagem, muitas vezes atrelado justamente àquilo que se entende como oposto da ação, o dito pensamento puro.

Assim, frente a tais definições, que editores hoje podem ser considerados intelectuais? Mais do que exibir um *ethos* ou feição intelectual, para que esse personagem da ação seja concomitantemente encarado como possuindo um fazer intelectual, é necessário que sua atividade seja simultaneamente uma luta contra o instituído, contra a doxa, contra o exclusivamente mercadológico. Levando em consideração a relação sempre tensionada acerca da dupla face do objeto livro – simbólica e material –, especialmente tendo em vista atuações voltadas ao mercado, podemos dizer que, nessa

perspectiva, hoje, são intelectuais aqueles editores que atuam para o fomento da bibliodiversidade, quando esta prática é um projeto editorial que pensa (e executa) a edição como atuação política. Tal atuação seria uma forma de fazer reverberar seus pensamentos na cena pública por meio da escrita – duas condições para a categorização de intelectual, embora a escrita em foco não seja a do próprio editor e, sim, daqueles que, por meio da atuação editorial, tiveram suas ideias trazidas à luz através do objeto livro.

É necessário apontar, em diálogo com a série de conceituações sobre o editor, que um projeto editorial que interfira na cena pública não precisa necessariamente ser libertário ou progressista. Há uma série de projetos conservadores que evidentemente fazem estremecer o cenário para além das bolhas culturais, como discorre, por exemplo, Ezequiel Saferstein sobre os modos de intervenção intelectual e política de algumas casas editoriais a partir de *best sellers* políticos (2017).

Há, sem dúvidas, uma simplificação nessa abordagem. Não é qualquer interferência na cena pública que faz de alguém um intelectual. Para tal abordagem, seria necessária uma discussão mais ampla da própria ideia de espaço público, conceito que sofreu mutações significativas após a expansão da internet, especialmente se pensarmos na popularização dos *gadgets*, que pluralizaram, pelo menos em certa medida, a possibilidade de qualquer um que possua acesso à rede emitir suas opiniões e serem lidos/vistos para além de sua comunidade local.

A ampliação dessa esfera pública, entretanto, acompanha também seu encolhimento, na medida em que, se todos falam, poucos ouvem. Desse modo, ainda que materialmente tenhamos a possibilidade de influir no espaço público, na prática, poucos conseguem fazê-lo. Temos, assim, pequenas bolhas de influência que convivem com os aparatos mais tradicionais – o que não é muito diferente no mundo da edição.

Algumas palavras ao modo de um final

Tentou-se aqui, ainda que brevemente, retomar um pouco da fortuna crítica do conceito “intelectual”, que é caudalosa e múltipla, agindo para definições até discrepantes acerca desse personagem. Tal recuperação se deveu à ideia de aproximá-la do editor e indagá-lo como intelectual.

Sabe-se que a atividade editorial é vista comumente como um fazer concomitantemente operacional e erudito, na medida em que lida com um objeto de dupla feição. Como reflete José Muniz Jr., a edição é uma “prática que regula a produção e a

circulação de sentidos nas sociedades contemporâneas” (2019, p.1). Entretanto, não é tão fácil a transposição da noção de intelectual da edição para um de seus principais executantes, o editor. Muniz Jr. pensa, portanto, na tarefa do editor como sendo de mediação intelectual. Tal posicionamento ecoa, por exemplo, o de Jean-François Sirinelli, que separa os intelectuais produtores de bens simbólicos daqueles intelectuais mediadores culturais (2003).

Queríamos, todavia, perceber se o próprio editor poderia ser alcunhado de intelectual, por sua prática editorial. Não nos interessava para o caso em estudo a função de intelectuais que assumissem o papel de editores, mas daqueles cujo fazer levasse a percebê-los como seres do intelecto. A partir de uma das clássicas definições de intelectual, aquele que faz reverberar suas ideias na cena pública, concomitantemente pensado como o homem do dissenso e da ação, entendeu-se que o editor cujo projeto editorial possa ser percebido como um ato político de inserção no mundo, de modo a pensar o próprio fazer editorial e a edição como possibilidades de luta simbólica, pode ser entendido como intelectual. Todavia, tal resposta coloca-nos uma série de problemas.

Um deles é a própria questão do dissenso, discutida acima. Não é só no dissenso que se promove um projeto, havendo editoras que se estabelecem por serem de situação, com influência direta na cena pública. Outra é que tal categorização serve bem ao modo de um editor tradicional, ficando cada vez mais complexa quando se pensa o editor no grande mercado e mesmo o processo editorial como menos dependente do editor e mais de uma rede que atua para a edição do produto livro. Por fim, e não menos importante, se acrescermos a tais discussões a variável de gênero, precisaremos repensar uma série das categorizações tradicionais, bem como os projetos editoriais da atualidade. Dada a complexidade da questão, ela ficará como aceno para os próximos capítulos.

REFERÊNCIAS

BENDA, Julien. **A traição dos intelectuais**. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Editora Peixoto Neto, 2007.

BOBBIO, Norberto. Introdução; Intelectuais e Poder. In: **Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea**. Trad. Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

BOTO, Carlota. Traição dos intelectuais. **Revista USP**, São Paulo, n. 80, p. 161-171, dezembro/fevereiro, 2008-2009.

BOURDIEU, Pierre. Campo do poder, campo intelectual e habitus de classe; Sistemas de ensino e sistemas de pensamento. In: **A economia das trocas simbólicas**. Introdução, organização e seleção de Sérgio Miceli. Vários tradutores. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BRAGANÇA, Aníbal. Sobre o editor. Notas para a sua história. **Em questão**. Porto Alegre, v. 11, n.2, jul./dez.,2005. p.219-237.

CHARLE, Christophe. Intelectuais. In: CATANI, Afrânio Mendes; NOGUEIRA, Maria Alice; HEY, Ana Paula; MEDEIROS, Cristina Carta Cardoso de. (orgs). **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos. Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos: uma introdução para a delimitação do objeto de estudo. **Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

GRAMSCI, Antonio. A formação dos intelectuais. In: **Os intelectuais e a organização da cultura**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa** – versão 1.0.5a. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. CD-ROM.

MEDEIROS, Nuno. Notas sobre o mundo social do livro: a construção do editor e da edição. **Revista Angolana de Sociologia**. n. 9, 2012. P 33-48.

MONTEIRO, Priscila. Um retrato inconsútil: João Cabral de Melo Neto, editor e impressor brasileiro. **Afluente** – Revista Eletrônica de Letras e Linguística. UFMA, Campus III, v. 2, n. 4, jan. / abr., 2017.

MUNIZ JR. José de Souza. O editor como (mediador) intelectual e o espaço editorial como ilusão de óptica: apontamentos teórico-metodológicos. **Anais do 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Belém – PA, 02 a 07 de setembro de 2019.

NOVAES, Adauto. O que é o intelectual? In: BRASIL, Ministério da Cultura. **Fóruns de Cultura – Cultura e pensamento: O silêncio dos intelectuais**, 2005. Disponível em: http://www.triplov.com/letras/adauto_novaes/silencio_dos_intelectuais.htm. Acesso em 12 de março de 2011.

SAFERSTEIN, Ezequiel. La edición como intervención cultural, comercial y política: best-sellers políticos del director de Random House-Sudamericana en el kirchnerismo. **Millcayac – Revista Digital de Ciencias Sociales**. vol. 4, n. 7, 2017. Centro de Publicaciones. FCPyS. UNCuyo. Mendoza. Disponível em: <https://revistas.uncu.edu.ar/ojs3/index.php/millcayac-digital/article/download/1022/626> Acesso em 10 de agosto de 2021.

SARLO, Beatriz. Intelectuais. In: **Cenas da vida pós-moderna: intelectuais, arte e videocultura na Argentina**. Trad. Sérgio Alcides. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2013.

SARTRE, Jean-Paul. **Em defesa dos intelectuais**. Trad. Sérgio Góes de Paula. São Paulo: Ática, 1994.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, R. (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

WEFFORT, Francisco C. Apresentação. In: SARTRE, Jean-Paul. **Em defesa dos intelectuais**. Trad. Sérgio Góes de Paula. São Paulo: Ática, 1994.

YAMAZAKI, Cristina. Editor de texto: Quem é e o que faz. **Anais do XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Intercom. Santos: 29 de agosto a 2 de setembro de 2007. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/R1153-1.pdf>
Acesso em 10 de agosto de 2021.